



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1005054-85.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**
 Requerente: **Fabio Miguel Alves**
 Requerido: **Evinton Antonio Cordoba Mosquera**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

FABIO MIGUEL ALVES, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em face de Evinton Antonio Cordoba Mosquera, também qualificado, alegando que em 30/05/2016 teria firmado com o réu contrato de locação, pelo período de 36 meses, tendo por objeto o imóvel de sua propriedade localizado a Rua José Duarte de Souza, 180, apto. 96, Jardim Santa Paula, Edifício Ponta do Mel, nesta cidade, tendo por valor locatício R\$ 987,78, sustentando que o réu deixou de pagar os aluguéis desde abril de 2016, como também não adimpliu com o valor relativo ao IPTU, totalizando a dívida em R\$ 2.120,50, na data de propositura da ação, de modo que reclamam a decretação do despejo e a condenação dos réus ao pagamento dos valores em mora, além da sucumbência.

O réu, citado pessoalmente, não contestou o pedido.

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil, e envolve questão patrimonial, de modo que é de rigor que sejam aplicados os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial, conforme artigo 344, do CPC.

Com a desocupação do imóvel, a ação perdeu o objeto com relação ao pedido de despejo.

Não tendo o réu respondido ao pedido, presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial, notadamente a mora no pagamento dos encargos decorrentes do aluguel, de modo que é de rigor a procedência da ação em relação ao pedido de cobrança, que deverá incluir não apenas o valor do pedido, de R\$ 2.120,54 (*dois mil, cento e vinte reais e cinquenta e quatro centavos*) referente aos encargos vencidos entre os meses de abril e maio de 2016, como ainda os valores vencidos após a propositura da ação, tudo com correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data dos respectivos vencimentos, como ainda responder pela sucumbência com honorários advocatícios fixados em 20%, conforme contratado.

Isto posto, JULGO EXTINTO o pedido de despejo, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil e, com relação ao pedido de cobrança, CONDENO o réu Evinton Antonio Cordoba Mosquera a pagar ao(s) autor(es) FABIO MIGUEL ALVES a importância de R\$2.120,54 (*dois mil, cento e vinte reais e cinquenta e quatro centavos*), referente aos encargos vencidos entre os meses abril e maio de 2016, como ainda os valores vencidos a igual título após a propositura da ação, tudo com correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

mês, a contar da data dos respectivos vencimentos, e CONDENO os réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado.

Defiro a expedição de mandado de imissão na posse em favor do autor.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 22 de setembro de 2017.

VILSON PALARO JÚNIOR
Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA